

## EDITORIAL

Prezados leitores e leitoras,

O ano de 2023 está terminando e enfrentamos vários desafios no âmbito nacional com a retomada de um governo progressista, especialmente no que diz respeito a políticas públicas de combate às desigualdades e em prol do desenvolvimento sustentável. A *Revista do Serviço Público* (RSP), uma das mais importantes do campo de políticas públicas no Brasil, não se furtou a esses debates, buscando contribuir para a agenda a partir das quatro edições regulares publicadas em 2023. Houve também abertura de duas chamadas sobre temas críticos para essa retomada: *Participação social: lições do passado para se pensar o futuro* e *Raça, racismo e políticas públicas de equidade racial no setor público*, edições especiais da revista a serem publicadas em 2024. Entendemos que o nosso papel, enquanto periódico científico, é o de gerar reflexões e debates sobre temas de fronteira na gestão de políticas públicas, de uma maneira plural e rigorosa.

Nesse sentido, os temas abordados nos artigos desta última edição de 2023 visam contribuir para debates relevantes e ações futuras, abrangendo desde questões estruturais e administrativas até a interface entre tecnologia, sociedade e setor público. A edição se inicia com **um primeiro bloco** de artigos sobre aspectos estruturais do Estado brasileiro, objetivando estimular reflexões críticas em temas como gestão municipal, administração fiscal e geração de energia elétrica. O artigo de abertura, *Localizando Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: desafios de municípios brasileiros mais populosos e com alta vulnerabilidade socioeconômica para a implementação da Agenda 2030*, de Márcia Muchagata, Wanessa Debôrtoli de Miranda, Luísa da Matta Machado Fernandes, Fausto Pereira dos Santos, Zorilda Gomes de Araújo e Rômulo Paes-Sousa, busca fornecer subsídios para apoiar a localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) no país. Para isso, propõe identificar a capacidade instalada em municípios, em sua maioria pertencentes ao g100 da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), para a governança da Agenda 2030. Os autores descrevem ações desenvolvidas, barreiras e facilitadores para incorporação dos ODS na gestão municipal, por meio de entrevistas com assessores das prefeituras, secretários ou servidores responsáveis pelo tema nas secretarias de planejamento ou de meio ambiente dos municípios. O artigo seguinte, *Disfunções burocráticas no contencioso administrativo fiscal federal: alternativas para o aprimoramento da solução de litígios*, de Rui Kenji Ota, Leonardo Secchi e Gilson Wessler Michels, apresenta um relevante estudo sobre o tempo despendido para a solução de litígios entre o contribuinte e a administração tributária federal. Nesse sentido, o trabalho apresenta alternativas que ajudam a reduzir o tempo de espera, preservando o direito

do contribuinte de ter uma resposta adequada à sua situação, mantendo a qualidade das decisões e ampliando a estabilidade e a segurança jurídica nas relações fisco-contribuinte. Por sua vez, o trabalho de Rodrigo Santana, Leonardo Monteiro Monastério e Thiago Costa Monteiro Caldeira, intitulado *Regulação da microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica no Brasil: estimação da distribuição do subsídio*, nos brinda com uma importante discussão sobre a regulação e o mercado da geração distribuída, caracterizado pela geração de energia elétrica de forma descentralizada, pelo armazenamento de energia, uso de veículos elétricos, uso de sistema de comunicação remoto, entre outras inovações, que têm aumentado o poder de escolha e de decisão dos consumidores. O argumento apresentado é o de que a regra atual criou subsídios regressivos, na medida em que beneficia os grandes consumidores, potencializando uma transferência de renda indireta entre os de menor renda para os de maior poder aquisitivo.

O **segundo bloco** de artigos desta edição é dedicado ao entendimento da relação entre desenvolvimento tecnológico e seu uso social, seja para melhoria de relações de trabalho, seja para estimular engajamento cidadão em processos decisórios ou ainda para a defesa ambiental. O artigo *An overview of the social protection of workers in the Gig Economy of the transport sector in Brazil*, de Felipe dos Santos Martins, Geraldo Sandoval Góes, Antony Teixeira Firmino e Leonardo Alves Rangel, estuda os impactos das transformações tecnológicas nas relações trabalhistas e na proteção social, relacionados aos trabalhadores do setor de transportes no país. Para isso, apresenta uma estimativa de quantos são esses trabalhadores da *Gig Economy* no setor de transportes no Brasil, a partir dos microdados da Pnad Contínua do IBGE, com o objetivo de servir como insumo para a elaboração de políticas públicas que visem a sua inclusão previdenciária. O artigo seguinte, *Fatores que oportunizam o engajamento na e-participação em uma cidade inteligente*, de Andrea Cristina Lima Duarte Ferreira e Taiane Ritta Coelho, explica como as novas tecnologias são pensadas para racionalizar e melhorar o uso dos recursos pelo governo e têm o potencial de transformar a governança e as questões organizacionais. As autoras analisam fatores que contribuem para a ampliação da participação e do engajamento do cidadão em processos de participação eletrônica (e-participação) em uma cidade inteligente, cuja implementação aumenta a participação democrática das pessoas nas decisões governamentais. O terceiro artigo do bloco, *Gestão de combate a incêndios: distribuição espacial e temporal no sul do Estado do Espírito Santo*, de Iulo Pessotti Moro e Fabrícia Benda de Oliveira, apresenta o uso de novas ferramentas tecnológicas de planejamento estratégico na defesa ambiental, como os sistemas de informação geográfica (SIG). O estudo se dedicou ao georreferenciamento como mecanismo de apoio no combate a incêndios florestais para a área de atuação do Terceiro Batalhão de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo (3º BBM-ES), ao avaliar o tempo gasto nas etapas de planejamento e combate a incêndios, entre 2017 a 2020.

Por fim, o **terceiro e último bloco** se destina ao uso de novas ferramentas conceituais orientadas ao setor público, bem como aos programas de gestão e planejamento estratégico em diferentes organizações públicas brasileiras. O artigo *Inovação orientada por missão: perspectivas para o setor público a partir de revisão de literatura*, escrito por Maria Lúcia Corrêa Neves, Julieta Kaoru Watanabe-Wilbert, Andréia de Bem Machado, Gertrudes Aparecida Dandolini e João Artur de Souza, aborda um relevante debate intelectual sobre o conceito de inovação orientada por missão (IOM). O objetivo do trabalho foi compreender como se utiliza o conceito no contexto acadêmico e, para isso, realizou-se uma revisão de escopo na base Scopus. O resultado revelou uma lacuna conceitual sistematizada de IOM, ao mesmo tempo em que foram identificadas concepções distintas, categorizadas de acordo com a ênfase dada: estratégia da pesquisa, desenvolvimento e inovação; processo de inovação; inovação aberta; e alvo. Por sua vez, o artigo *Programa de Gestão e Desempenho e sua contribuição para o teletrabalho: estudo de caso na Controladoria-Geral da União*, de Breno Silva Beda de Assunção, Jônitas Matos dos Santos Duarte, Jorge Luís Branco Aguiar, Simone Maria Vieira de Velasco e Cleidson Nogueira Dias, apresenta a experiência da Controladoria-Geral da União (CGU) na construção e implementação de um programa de gestão de trabalho por resultados e sua influência na criação do Programa de Gestão de Demandas (PGD) para todo o Poder Executivo federal. Ao estabelecer metas em planos de trabalho negociados entre gestores e servidores, o PGD permite o teletrabalho adaptado às necessidades específicas de cada servidor. O último artigo desta edição, *Implementação do planejamento estratégico e tático em uma unidade da Universidade Federal do Oeste do Pará*, de Patrícia Colares dos Santos e Wilson Sabino, analisa o processo de planejamento estratégico das instituições de ensino superior (IES) e universidades públicas do país, por meio do monitoramento do Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) no caso específico do Instituto de Saúde Coletiva (Isco) da Ufopa.

Após um ano de transição política e administrativa, esperamos que os leitores da RSP encontrem nas páginas da revista elementos relevantes para o desenvolvimento e aprimoramento da gestão do Estado brasileiro, e ideias inovadoras a serem discutidas (ou mesmo, replicadas) nos mais diferentes espaços públicos do país.

Agradecemos aos leitores, aos autores, aos pareceristas e à equipe técnica da RSP pela produção e pela dedicação ao longo de 2023 com a revista.

Desejamos, ainda, para todas as pessoas, um 2024 de esperança renovada na democracia e um país mais justo socialmente e desenvolvido economicamente.

**Alexandre de Ávila Gomide**

Editor-Chefe da RSP